

CELESC

Periculosidade fixa é estendida

Depois da deliberação da empresa de pagar a periculosidade de forma fixa aos trabalhadores Engenheiros e Técnicos Industriais, excluindo os Auxiliares Técnicos e despachantes, os sindicatos que compõem a Intercel procuraram o debate para que a empresa pagasse esse direito de forma isonômica, uma vez que os profissionais exercem as mesmas funções no plano de cargos e salários.

Depois de várias reuniões, a Celesc fez o levantamento das horas apontadas como investimento para Auxiliares Técnico e Despachante, da mesma forma que havia feito para Engenheiros e Técnicos Industriais e estendeu o direito a todos, através de Deliberação da Diretoria Colegiada.

É importante ressaltar que foi o empenho da Intercel nas discussões e cobranças que fez com que todos fossem tratados da mesma forma, e não negociações paralelas de grupos distintos, como estão sendo divulgadas. Não houve nenhum acordo assinado com nenhum sindicato ou intersindical, mas sim o empenho político dos sindicatos da Intercel para que a diretoria da empresa fizesse o correto, buscando a isonomia de direitos aos celesquianos.

CELESC

Cadastro de senhas para a eleição preocupa



O cadastro de senhas para a eleição para representante dos empregados no conselho de administração vem preocupando os trabalhadores e os sindicatos que compõem a Intercel. Mesmo com a prorrogação do prazo, a operacionalização do processo em período tão curto é de difícil execução e pode prejudicar o acesso dos trabalhadores à votação.

As regras da eleição determinam que todos os trabalhadores devem ter acesso ao processo democrático de escolha de um representante para atuar no Conselho de Administração e, com o cadastro de senhas sendo feito a passos de formiga, muitos daqueles que querem sim exercer o seu direito poderão não ter condições para isso. Vale ressaltar que os trabalhadores designados para cadastrarem as senhas de nada tem culpa em nossos temores: são reféns de um processo atropelado, que deveria ter sido decidido e implementado muito antes do período de campanha, dando a todos os celesquia-

SETOR ELÉTRICO

O futuro das distribuidoras de energia

A aprovação da figura do comercializador varejista (veja matéria abaixo) será mais um intermediário na compra e venda de energia - assim como aconteceu com o mercado livre (até 3 MWh). Com a ampliação para até 500 KWh - parte importante do mercado atual das distribuidoras deixará de existir.

Além disso, a ampliação desse segmento não será uma oportunidade de melhorar a competição, mas sim, na minha avaliação, uma ampliação do espaço especulativo para a negociação da energia. São mais papéis circulando, potencializando negócios sem lastro efetivo. Atualmente o mercado livre já atinge quase 30% da energia, com a mudança, potencialmente entre 50 a 60% passariam para esta condição.

A pergunta que resta é o que as distribuidoras irão fazer com uma estrutura para atender um mercado que pode ser reduzido de modo significativo.

CCEE espera audiência para comercializador varejista ainda no primeiro semestre do ano

A CCEE prevê que ainda no primeiro semestre a Aneel coloque em audiência pública a criação do comercializador varejista e que essa proposta comece a ser implantada no semestre seguinte. A proposta foi entregue à Aneel pela CCEE no início de agosto do ano passado. Segundo o presidente do conselho de administração da CCEE, Luiz Eduardo Barata a implementação da proposta não deve encontrar muitas dificuldades, já que não depende de exigência de sistemas. A previsão inicial do setor era de que o processo de audiência para a proposta começasse em 2011. A figura do comercializador varejista concentrará os negócios no mercado dos consumidores especiais, aqueles com carga entre 500 kW e 3 MW. O objetivo é desonerar o consumidor especial, que atualmente deve cumprir obrigações como quitação das dívidas e aporte de garantias. Com a nova figura, essas responsabilidades passariam para o comercializador varejista. (Agência CanalEnergia – 23.03.2012)

nos condições e tranquilidade para concentrarem-se nas propostas dos candidatos, analisar quem tem base de apoio e real capacidade para representar os interesses dos trabalhadores no Conselho de Administração.

A verdade é que, em cada local de trabalho, novas dificuldades se apresentam a cada dia. São trabalhadores pedindo pela votação pela senha ponto (o que não é nada aconselhável pela fragilidade do sistema); trabalhadores desinformados sobre o processo (principalmente os da área técnica, que pouco fazem uso do correio eletrônico); e alguns trabalhadores demonstrando resistência no cadastro de outra senha.

Nestas horas fica claro que o simples é o mais indicado. Apesar de não ser um método avançado, moderno, tecnológico, o uso de urnas e cédulas para a votação se mostra o mais acessível, transparente e confiável. Todos os candidatos poderiam fiscalizar através de seus apoiadores o processo de votação e todos os trabalhadores teriam acesso à eleição, deixando a decisão de participar ou não do processo democrático nas mãos e consciência de cada um. Esperamos que a comissão eleitoral tome a melhor decisão para que o processo eleitoral transcorra sem nenhum problema.



MAIS DE 1 MILHÃO DE é o que a Celesc vai gastar

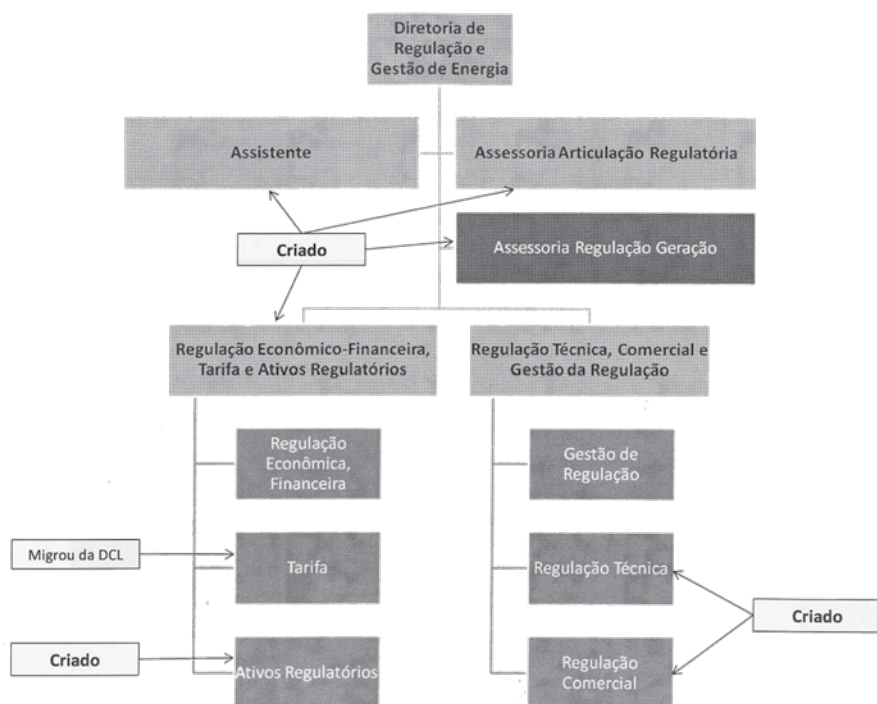
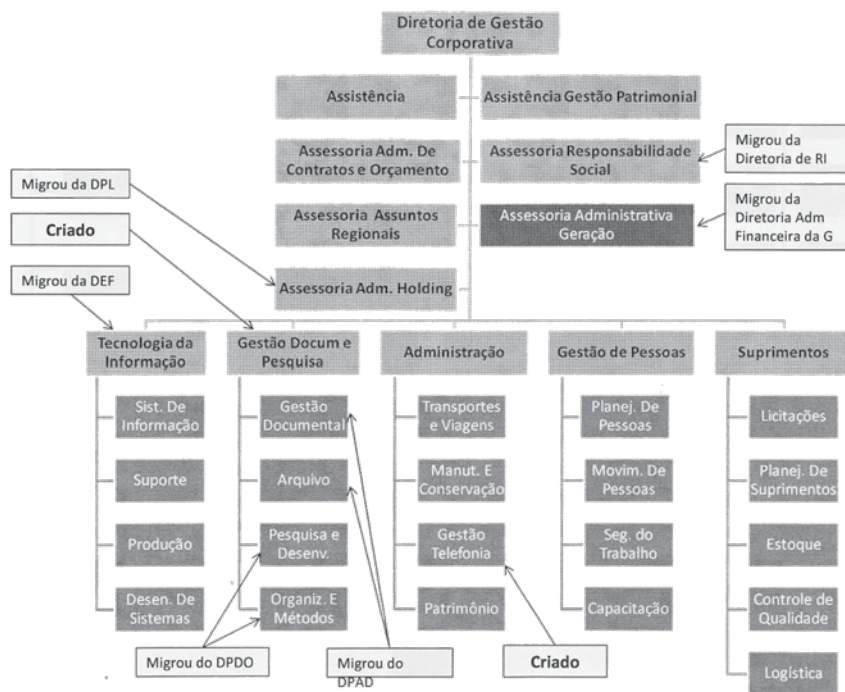
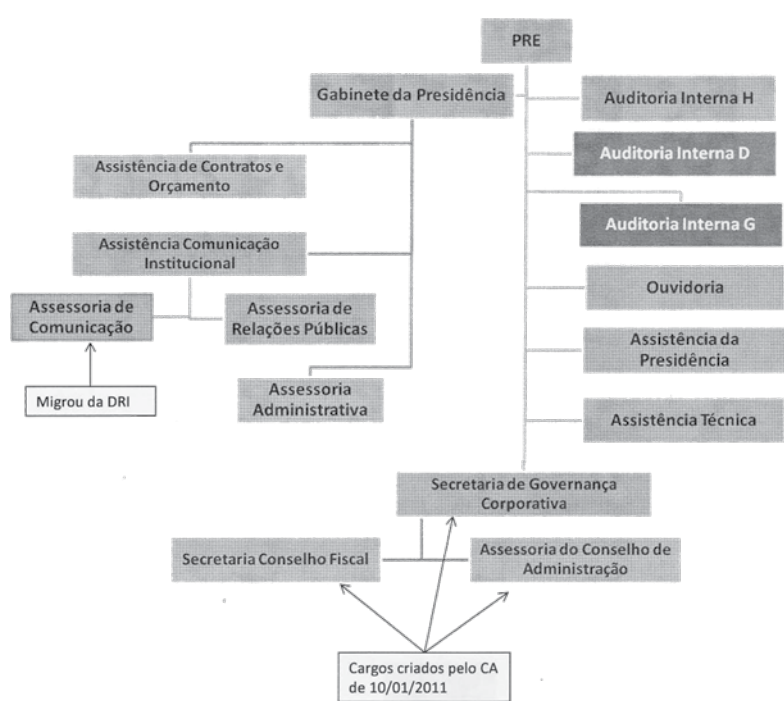
Após completar um ano à frente da Celesc, a nova diretoria parece ter dado fim ao discurso das “boas práticas de gestão” e abraçado a política que tanto prejudica a empresa. Essa é a única explicação para a NE 015/2012 que, travestida de “adaptação da estrutura organizacional do Grupo Celesc” ao novo Estatuto Social, cria 33 cargos de chefia, dentre assistências, assessorias, departamentos e divisões.

A unificação das presidências havia nos dado esperança de que a Celesc enfim estaria caminhando para uma administração séria, com a redução do loteamento de cargos de chefia. Infelizmente, foi ela a própria desculpa utilizada para a criação dos cargos, conforme informações da própria NE: “A modificação estatutária acabou por unificar as três presidências do grupo em uma, o que resulta numa economia financeira maior que os custos gerados a partir da nova estrutura desenvolvida”. Ou seja, transforma-se uma ação correta como a unificação das presidências em pretexto e a economia gerada com essa ação vira moeda para esbanjar gratificações, sem real necessidade para tal. Faz cinco anos que a remuneração das chefias permanece estagnada, gerando descontentamento entre os empregados nomeados em cargos de confiança na empresa. Seria mais prudente a Diretoria reavaliar a remuneração das chefias, dando real valor ao trabalho de coordenação que estes empregados executam. Nessa linha, a Intercel defende uma política gerencial que propicie a ocupação desses espaços por trabalhadores verdadeiramente capazes de exercerem essas funções, independente da filiação partidária ou das afinidades pessoais.

O posicionamento dos sindicatos que compõem a Intercel mantém-se pela estrutura organizacional da Celesc com um único presidente e com apenas sete Diretorias para gerir a empresa. Também temos certeza que as várias assistências, assessorias, departamentos e divisões são desnecessárias se o trabalho for coordenado de forma correta.

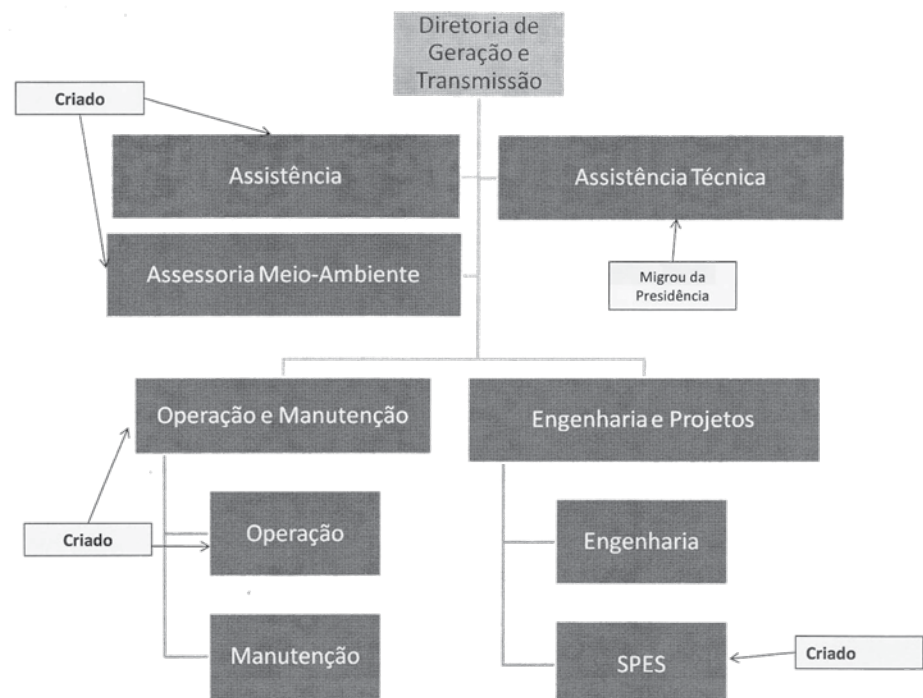
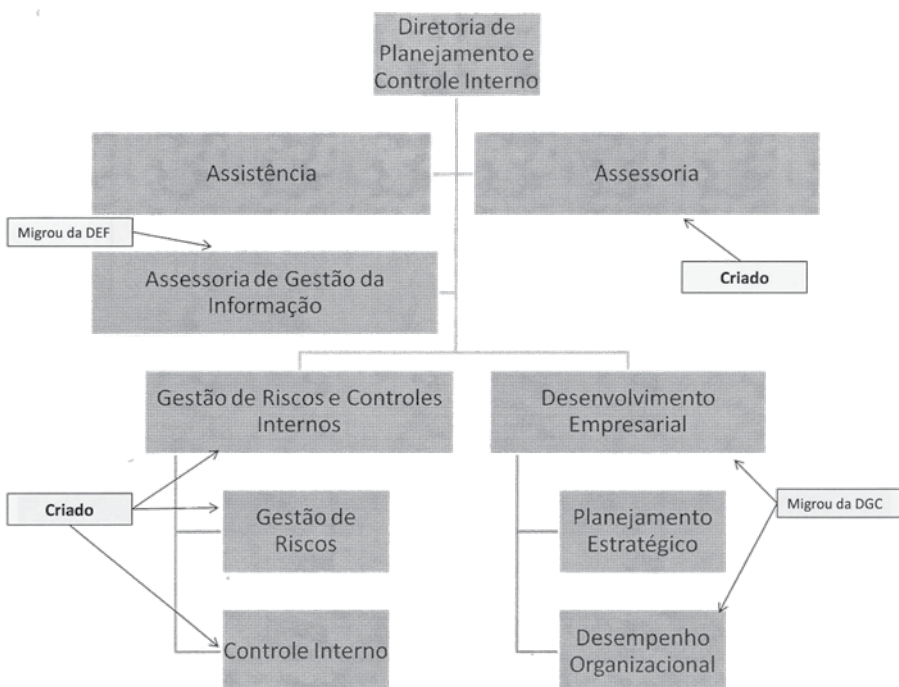
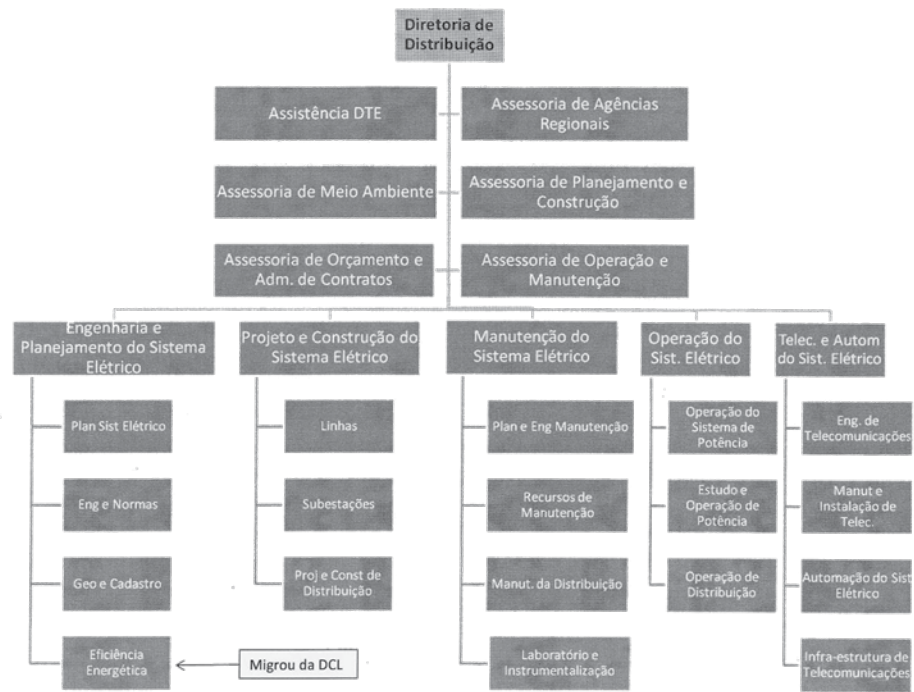
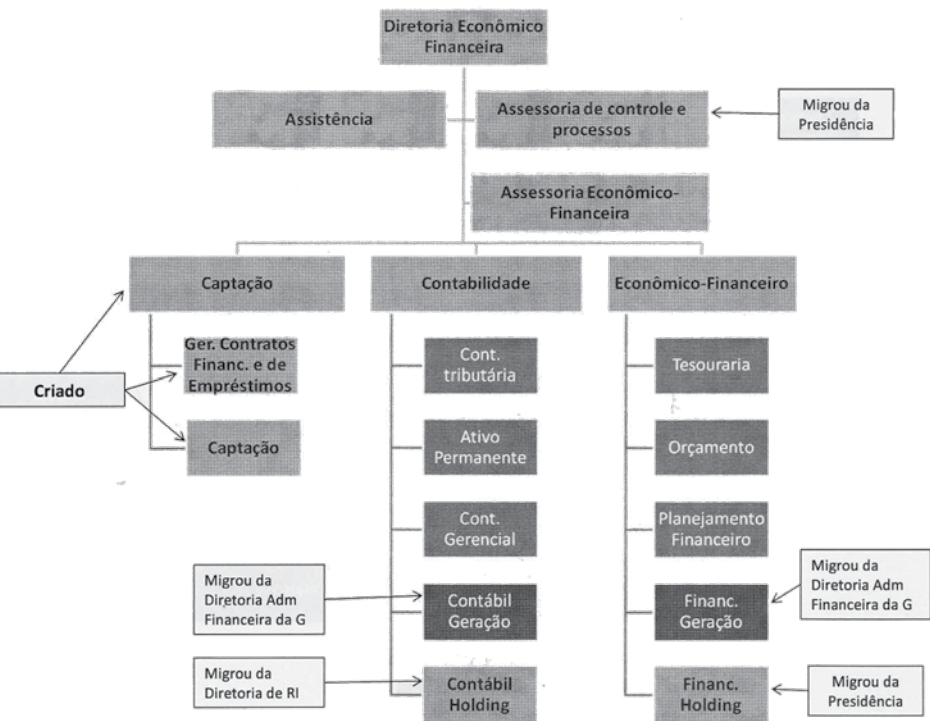
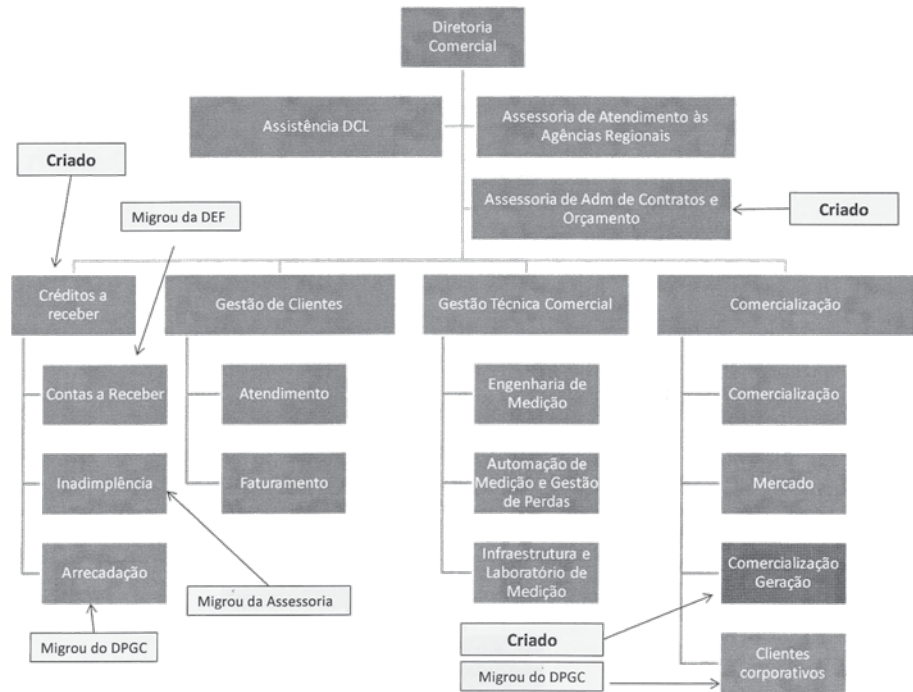
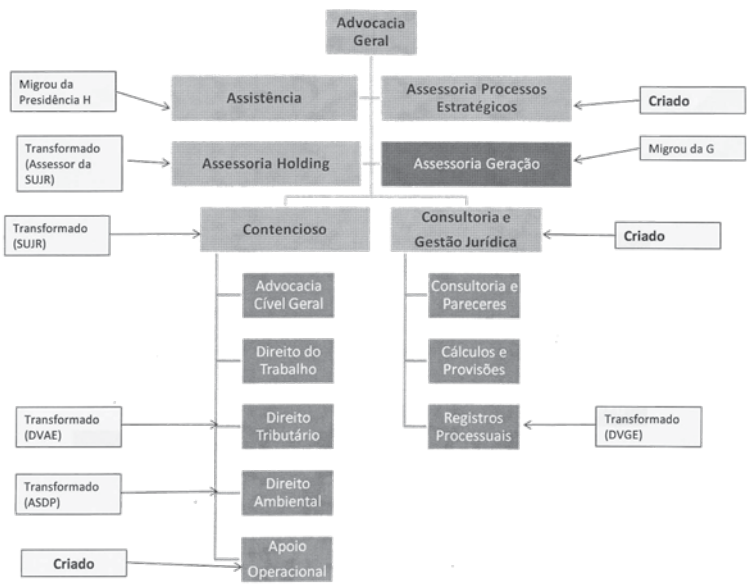
A diretoria colegiada, única responsável pela criação destes cargos, já apresentou a nova estrutura para o Conselho de Administração, apenas para conhecimento do CA. No entanto, o Representante dos empregados no CA registrou em ata a mesma indignação sentida pelos sindicatos e pelos trabalhadores com a criação das novas chefias.

Por hora, nos resta imaginar o porquê do surgimento de 33 chefias. Estaria relacionado com a quantidade de deputados da base aliada na ALESC? Por mais torpe que seja essa realidade, não seria maquiada sob uma necessidade que não existe.



REAIS POR ANO

com a criação de 33 novos cargos de chefia



Por que a crise atual é maior que a dos anos 30

O decantado discurso da eficiência privada cai por terra quando se faz uma análise mais profunda da crise atual, que tem provocado uma quebra geral em países de economias expressivas no mundo. Nestas horas, e sem nenhum pudor, os defensores do chamado estado mínimo, da privatização, se apropriam literalmente do cofre do estado para salvar bancos e empresas particulares. Ou seja, quando convém, não há nenhum dilema ideológico em recorrer a estatização à custa de um endividamento público. Buscando contribuir no processo de reflexão crítica e de análise da atual crise capitalista, o jornal Linha Viva publica abaixo texto originalmente divulgado no Boletim Carta Maior de 31/01/2012.

Ao contrário da Grande Depressão, desta vez a crise afetou o coração mesmo do sistema capitalista, que é o seu sistema bancário central. Nos anos 30, milhares (cerca de 9 mil) bancos quebraram nos EUA e na Europa, no curso de quatro corridas bancárias entre 29 e 33, mas nem um único considerado grande. Eram pequenos e médios bancos municipais ou regionais, sem risco sistêmico. Agora, no rastro do Lemon Brothers, todo o sistema virtualmente esteve para colapsar. O artigo é de J. Carlos de Assis. ()*

Tenho sustentado que a crise financeira atual é a maior da história do capitalismo pela razão simples de que, ao contrário da Grande Depressão, antes considerada a maior, desta vez a crise afetou o coração mesmo do sistema capitalista, que é o seu sistema bancário central. Nos anos 30, milhares (cerca de 9 mil) bancos quebraram nos EUA e na Europa, no curso de quatro corridas bancárias entre 29 e 33, mas nem um único considerado grande. Eram pequenos e médios bancos municipais ou regionais, sem risco sistêmico. Agora, no rastro do Lemon Brothers, apenas o quinto entre os bancos de investimento, todo o sistema virtualmente esteve para colapsar.

Nos Estados Unidos, os dois maiores conglomerados bancário-financeiros, o Bank of America e o Citigroup, tiveram que ser parcialmente estatizados para não quebrar. No caso do Citigroup, o Governo comprou mais de 40% de suas ações ordinárias. Os outros 17 maiores conglomerados financeiros, submetidos a testes de stress, foram socorridos pelo Fed sob o pretexto de evitar riscos sistêmicos. Na Europa, o Royal Scotland Bank e o Barclays da Inglaterra tiveram de ser estatizados. Continuam assim até hoje. Na Alemanha, o Governo comprou quase metade do Commerzbank, do qual ainda hoje detém 25% das ações.



Voltando aos Estados Unidos, quebrou e teve de ser estatizada a maior seguradora do mundo, a AIG. O mesmo destino tiveram as duas maiores empresas de crédito imobiliário do país e do mundo, a Fred e a Fannie Mae.

Além disso, numa iniciativa absolutamente inédita, o Governo americano interveio para salvar as maiores empresas manufatureiras do país, a GM e a Chrysler, com empréstimos bilionários. (Note-se que a legislação emergencial dos anos de Roosevelt previu socorro do Fed a empresas manufatureiras, não financeiras, mas ela nunca havia sido efetivamente aplicada até agora.)

O rescaldo desse incêndio são 6 trilhões de dólares em hipotecas em circulação nos Estados Unidos, além de outras formas de crédito de recebimento duvidoso (cartão de crédito, estudantil etc), tendo parte desse crédito vazado para o sistema bancário europeu. Dessas hipotecas, algo como 3,5 trilhões de dólares são de recebimento duvidoso, e 1,5 a 2 trilhões de dólares são calculados como perda certa, dependendo do comportamento do mercado imobiliário – que até hoje, mais de três anos depois do início da crise, não se recuperou. Por uma especial deferência dos reguladores, os bancos foram autorizados a manter em carteira esses títulos, só exigindo sua baixa na data do vencimento nominal.

O fato é que, com suas carteiras lotadas de títulos podres privados, os bancos limitam os empréstimos para o setor produtivo numa corrida desesperada para fazer lucros de curto prazo (e distribuir bônus) nos mercados sem risco a fim de evitar sua própria quebra. Estão com operações concentradas em transação de moedas (4 trilhões de dólares ao dia, 955 trilhões ao longo de 2010), em arbitragem (tomando recursos do Fed a 0,25% e emprestando ao Tesouro a 3,5%) e em outras formas de “serviços”. Com isso há um estreitamento de crédito para pequenas e médias empresas, justamente as que concentram 65% da criação do emprego nos Estados Unidos. Em consequência, a taxa de desemprego se mantém extremamente elevada (8,5%).

Na Europa, os governos também trataram de estatizar e salvar bancos, sempre à custa de um endividamento público relativo ainda maior que o dos Estados Unidos. É de notar-se que, antes da crise, todos os países da União Européia e, particularmente, os da zona do euro tinham situações fiscais bastante confortáveis tendo em vista os critérios de Maastricht – com a possível exceção da Grécia. A dívida da Irlanda, por exemplo, era inferior a 30% do PIB! Depois da eclosão da crise, sob o ataque frontal das agências de risco, Grécia, Portugal e Irlanda, assim como Espanha e Itália, viram explicitada uma crise fiscal criada pelo setor privado e que ele quer, agora, transferir seus custos aos cidadãos, na forma de destruição do Estado de bem estar social europeu. Isso, porém, fica para ser discutido mais tarde.

(*) Economista e professor, presidente do Intersul, coautor com Francisco Antonio Doria do recém-lançado “O Universo Neoliberal em Desencanto”, Ed. Civilização Brasileira. Este artigo é publicado também no site “Rumos do Brasil” e todas as terças-feiras, no jornal “Monitor Mercantil”.

